UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA EM GEOGRAFIA

CLEVERTON VENICIOS DE CARVALHO

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA COMUNIDADE KARIRI – XOCÓ

PORTO REAL DO COLÉGIO

2025

CLEVERTON VENICIOS DE CARVALHO

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA COMUNIDADE KARIRI – XOCÓ

Artigo Científico apresentado ao Curso de Geografia do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), como requisito à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador(a): Prof. Dr. Reinaldo Sousa

PORTO REAL DO COLÉGIO

2025

CLEVERTON VENICIOS DE CARVALHO

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA COMUNIDADE KARIRI – XOCÓ: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Artigo Científico apresentado ao Curso de Geografia do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), como requisito à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador(a): Prof. Dr. Reinaldo Sousa

Banca Examinadora

gov.br Documento assinado digitalmente
REINALDO SOUSA
Data: 09/05/2025 14:23:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Reinaldo Sousa – Orientador – UNEAL

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE NATAN GONCALVES DA SILVA
Data: 07/05/2025 15:33:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. José Natan Gonçalves da Silva – UPE

gov.br Documento assinado digitalmente
ANGELA MARIA ARAUJO LEITE
Data: 09/05/2025 14:17:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Dra.Ângela Maria de Araújo Leite - UNEAL

AGRADECIMENTOS

A Deus agradeço imensamente por sua bondade e misericórdia, por seu amor e paciência, e por me orientar no caminho que escolher seguir; Aos meus orientadores e professores, sou grato, pois sem sua assistência e orientação, dedicados em todas as etapas do processo, este projeto nunca teria sido realizado. Gostaria também de agradecer aos membros da banca examinadora. Por último, mas não menos importante, nada disso poderia ter acontecido sem o apoio e auxílio da minha família. Também a todos que de alguma forma estiveram do meu lado, suportaram muitas vezes minha ausência, incentivaram-me na busca pelo conhecimento. A todos minha eterna gratidão.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para meu sucesso acadêmico.

EPÍGRAFE

"Estar em estado de liberdade é estar em estado de existência na paz, mas só se consegue esse estágio quando a luz interna está acesa, límpida e conectada com a verdade, sabedoria, compromisso, tolerância e respeito ao próximo."

Eliane Potiguara

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA COMUNIDADE KARIRI – XOCÓ

Cleverton Venicios de Carvalho
clevertonvenicios61@gmail.com
Prof. Dr. Reinaldo Sousa
reinaldo@uneal.edu.br

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a educação indígena na comunidade Kariri – Xocó, Porto Real do Colégio – AL, dilemas, desafios e perspectivas. Procuramos identificar os principais problemas que afetam o cotidiano da comunidade escolar, bem como sugerir alternativas que contribuam para o avanço do ensino numa perspectiva intercultural. A escola objeto de estudo possui cerca de 600 alunos e atende do ensino fundamental ao médio. O sistema de ensino da comunidade, apesar de ainda possuir professores não indígenas, avançou bastante nos últimos anos em função de programas de qualificação profissional na perspectiva intercultural e isso tem gerado algumas mudanças. Do ponto de vista da operacionalização da pesquisa, optamos por fazer uma pesquisa do tipo exploratória com trabalho de campo. Além de questionários, realizamos, também, entrevistas com membros da comunidade escolar e da comunidade em geral, buscando traçar um perfil do ensino da localidade. Esperamos que a pesquisa possa contribuir para uma melhor qualidade do ensino na comunidade.
Palavras – Chave: Educação Indígena. Kariri – Xocó. Desafios do professor.

1 INTRODUÇÃO

O término deste curso nos dá a certeza de que hoje somos mais capazes que antes de pensar, criticamente, a realidade local da nossa comunidade. Assim, buscamos à luz da nossa formação em geografia, pensar a educação indígena na comunidade Kariri- Xocó. Procuramos identificar os principais problemas que afetam o cotidiano da comunidade escolar e sugerir alternativas. Também buscamos examinar o percurso histórico da educação indígena nesta comunidade e avaliar as políticas educacionais que buscam melhorar a formação de professores indígenas, analisamos, portanto, o kura (currículo), utilizado no sistema educacional da comunidade.

A comunidade objeto de estudo está localizada no município de Porto Real do Colégio, no Baixo São Francisco. Seu povo é fruto de muitos cruzamentos entre diversos povos indígenas do Nordeste. O nome desta tribo refere-se à última grande fusão ocorrida

entre as tribos Kariri – Xocó, há mais de 100 anos. Segundo Martins, os primeiros vieram das cidades missionárias que surgiram entre o final do século XVIII e o início do século XIX, atravessando diferentes nações. Para Vera a aldeia era propriedade de inacianos (chamados de jesuítas associados a Santo Inácio) e de indígenas como Carapotós e Cariris. (Mata, 2014).

2 BREVE REFERENCIAL TEÓRICO – CONCEITUAL

Os povos indígenas representam uma parte muito importante da história e da diversidade cultural do Brasil. Possuidores de saberes ancestrais, tradições e línguas únicas, esses grupos têm uma ligação profunda com suas terras, que vai além da simples ocupação territorial, englobando aspectos espirituais, sociais e econômicos. No Brasil, e em Alagoas não seria diferente, as várias etnias indígenas possuem histórias e culturas que remontam a centenas de anos, contribuindo significativamente para a formação da identidade local, regional e também nacional. Assim, compreender e respeitar a riqueza e a complexidade dos povos indígenas é essencial para manutenção destes povos.

No Brasil, a legislação reconhece aos povos indígenas o direito a uma educação diferenciada rompendo com o paradigma de escola catequética, excludente, homogeneizadora e alienante, fruto da colonização. (Freire, 2004). Daí a importância de se pensar o ensino nestas comunidades. Para ele, falar do “direito à diversidade” significa, reconhecer que a diversidade cultural e social é legítima num mundo político mais vasto e dotado de “unidade”. Para o autor, o estudo da diversidade não deve ser visto apenas como uma característica inerente aos grupos sociais, mas sim como um elemento que precisa ser protegido para que as características individuais e sociais sejam preservadas. A diversidade não deve ser eliminada, pois ela é um componente essencial que deve ser reconhecido e valorizado. Reivindicar a diversidade como um direito implica uma crítica profunda à perda da individualidade, que é vista como um ato violento, mesmo quando feito em nome de princípios universais (Viana, 2012)

No contexto da escolaridade indígena, afirmam Quaresma e Ferreira (2013), é importante notar que a educação formal e informal são conduzidas em paralelo e possuem importância quase igual em muitas comunidades indígenas, especialmente aquelas em contato com povos não indígenas. Essas abordagens, dizem eles, não são conflitantes; pelo contrário, podem se complementar, permitindo que a escola ofereça uma educação única e diferenciada. Esta educação integraria o conhecimento científico valorizado pela sociedade

em geral com o conhecimento tradicional valorizado pelos povos indígenas, tanto acadêmico quanto não acadêmico, em escolas indígenas, afirmam.

As escolas indígenas organizadas devem se tornar espaços sociais onde se discutam e criem conhecimentos e estratégias sociais para o contato étnico em áreas regionais. Segundo Barth (1954), as fronteiras sociais não são mantidas pelo isolamento, mas pelas relações sociais: quanto mais interação, mais fortes se tornam as fronteiras étnicas. A relação com o meio ambiente e o contato com outros grupos influenciam a ativação de elementos étnicos em um contexto (Villar, 2004). Dessa forma, mantém-se a relação entre sociedade, cultura, escola e educação, estabelecendo novas práticas para a vida comunitária e as comunidades indígenas. As escolas indígenas, portanto, são caracterizadas como comunidades que refletem as necessidades específicas das comunidades indígenas, incluindo programas culturais, educativos e artísticos distintos dos das escolas não indígenas.

2.1 - Educação Escolar Básica na Cultura Indígena

Tendo como base a política dada pela Secadi/MEC, (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão/Ministério da Educação) que valoriza a manutenção da sociodiversidade indígena, tomando como referência os princípios e conceitos utilizados nos projetos societários e identitários, construídos autonomamente por cada povo indígena, podemos afirmar que a Educação Escolar Indígena deve ser uma modalidade de ensino específica, diferenciada, bilíngue ou multilíngue em alguns casos, e também intercultural. Essa compreensão implica que os processos de escolarização vivenciados pelos povos indígenas respeitem seus espaços e vivências culturais (Silva, 2015).

Podemos afirmar, ancorados nos Cadernos da Secadi/MEC (2007) que a partir dessa valorização, uma série de ações foram implementadas com o objetivo de ampliar a oferta da educação básica nas áreas indígenas, com ênfase nas diretrizes de afirmação das identidades étnicas. Essas ações buscam recuperar as memórias históricas e valorizar as línguas e conhecimentos dos povos indígenas, estendendo-se não só à educação básica intercultural, mas também à formação superior de professores indígenas. Isso tem ampliado, ainda que lentamente, a oferta de uma educação básica intercultural de melhor qualidade. Para alcançar esse objetivo, foi de fundamental importância a reflexão e as ações promovidas por experiências inovadoras das organizações de apoio aos povos indígenas e

pela mobilização de professores e lideranças indígenas interessadas em uma educação escolar que contribua para sua autonomia.

Segundo Paiva, (2018)nos dias atuais, pensar em educação intercultural é lançar um olhar além das especificidades, reconhecendo a importância de que as sociedades plurais conheçam e respeitem as expressões socioculturais inerentes a elas (apud Silva, 2015). Portanto, o arcabouço jurídico nacional, como direito fundamental e de cidadania, garante à população indígena uma educação escolar indígena diferenciada, intercultural e bilíngue. É preciso lembrar também que a educação escolar indígena, embora haja previsão na Lei, não é posta em prática na sua integridade. Mas, que é uma educação escolar indígena?

A educação é definida como "[...] um conjunto de processos que contribuem para a socialização dos indivíduos e, portanto, fazem parte integrante de qualquer sistema cultural, incluindo processos que visam à reprodução, perpetuação e/ou mudança" (Quaresma 2013). Já para Pawanã, a educação, em sentido geral, é "[...] o processo de desenvolvimento humano nos aspectos físico, mental, intelectual e emocional, de forma simples e direta" (Pawanã, 2016). O conhecimento indígena, por sua vez, é um processo de compreensão e codificação da cultura e do conhecimento indígena praticado e conhecido nas aldeias. Por isso, é mais abrangente do que um simples guia de métodos de transmissão e produção nas escolas. Embora os indígenas lutem há muito tempo pelo direito de frequentar escolas que atendam às suas especificidades, pouco progresso foi feito (Mata, 1989).

Contudo, essas abordagens não são conflitantes, mas podem se complementar para que a escola se torne uma educação única e diferente, que combine o conhecimento científico valorizado pela sociedade em geral e o conhecimento tradicional valorizado pelos povos indígenas, seja acadêmico ou não em escolas indígenas (Freire, 2004). As escolas indígenas organizadas devem tornar-se espaços sociais onde sejam discutidos e criados conhecimentos e estratégias sociais para o contato étnico em áreas regionais.

Os povos indígenas, conhecidos como telétipos, não possuem alfabeto, transmitem seu conhecimento e cultura por meio da comunicação oral, transmitem e preservam seu patrimônio de geração em geração. Quaresma aponta; Almeida (2013): No contexto da escolaridade aborígine, deve-se notar que a educação formal e informal são realizadas em paralelo e são de importância quase igual em muitas comunidades aborígenes, especialmente aquelas em contacto com povos não indígenas.

Foi apenas após a Constituição Federal de 1988 que essa garantia foi estabelecida. Criar leis que abram caminhos e meios para que os povos indígenas recebam escolas independentes, diversas e contextuais, respeitem a diversidade cultural e o bilinguismo, e garantam seu direito de preservar a identidade cultural por meio do uso e aprendizagem de suas línguas nativas é fundamental. Por fim, é preciso lembrar que, por muito tempo, muitos cidadãos brasileiros não acreditaram no valor da escola e não a consideraram uma forma de ascensão social (Freire, 2001).

Muitos desafios ainda permanecem para ver e implementar escolas indígenas com todos os aspectos mencionados acima, já que os indígenas frequentemente criticam o currículo adotado pelas escolas oficiais. De acordo com Bergamaschi, (2010), as fronteiras sociais não são mantidas pelo isolamento, mas pelas relações sociais: quanto mais interação, mais fortes ou mais fortes as fronteiras étnicas. As relações com o meio ambiente e o contato com outros grupos influenciam a ativação de elementos étnicos em um contexto (Bonin, 2012). Assim, mantém-se a relação entre sociedade, cultura, escola e educação. Estabelecer novas práticas e práticas para a vida comunitária e comunidades indígenas. As escolas indígenas são, portanto, caracterizadas como comunidades, refletindo as necessidades das comunidades indígenas dentro delas, bem como programas culturais, culturais e artísticos diferentes dos das escolas não-indígenas.

Alguns dos principais problemas são: o modelo educativo das escolas básicas resulta em um sistema escolar inadequado para as comunidades indígenas; as diretrizes, objetivos, currículos e programas não são consistentes com as características das comunidades indígenas; os materiais didáticos utilizados são inadequados, o que pode afetar negativamente o desempenho acadêmico; as visões escolares são inadequadas e ineficazes; as práticas de ensino enfrentam dificuldades em manter os professores na comunidade devido à falta de moradia, transporte, alimentação e programas de formação para professores indígenas; os livros didáticos e a comida fornecida são de baixa qualidade e a entrega não ocorre a tempo e as barreiras linguísticas dificultam o desenvolvimento de métodos de ensino pelos professores, complicando o processo de alfabetização (Duarte, 1969).

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Porto Real do Colégio-AL (figura 01) é um município localizado às margens do rio São Francisco, fazendo divisa com o estado de Sergipe. Sua origem remonta ao século XVII, com diferentes povos indígenas que habitavam aquele local como tupinambás, Acunãs, e Cariris.

De acordo com o IBGE, sua um área territorial é de 235,852 Km^2 e sua população 20.082 habitantes. Sua densidade demográfica é de 85,15 hab/km² e seu IDHM 0,551. O órgão ainda aponta que a taxa de escolaridade é de 94%.

Figura 01 - Município de Porto Real do Colégio - AL

Fonte: IBGE 2019

Na aldeia do Colégio viviam os Cropotós, Cariris, Aconans, Ceocóces (nome verdadeiro de Ciocó ou Xocó) e Prakiós. A aldeia missionária é o berço do "caboclo", símbolo comum que recebeu comentários racistas no século XIX, e através da política imperial descrita pelo legislador Dalmo Dallari como ""anti-aldeia". Alegando que não existia uma "velha Índia", a vila foi abolida pelo Departamento de Agricultura, Comércio e Indústria em 17 de julho de 1873.

O município conta com uma grande presença indígena em seu território. Trata-se

dos indígenas da comunidade Kariri – Xocó (figura 02), objeto deste estudo, e que está estimada em cerca de 2.518 indígenas, segundo o Censo de 2022. Trata-se de uma comunidade carente, uma vez que cerca de 70% depende de programas governamentais. No geral, complementam a renda com atividades agrícolas.

Figura 02 - Membros e Residentes da Aldeia Kariri – Xocó

Fonte: Trabalho de Campo

Sua origem está ligada, diretamente, aos jesuítas vindos das Universidades da Bahia e de Pernambuco. Na aldeia do Colégio viviam os Cropotós, Cariris, Aconans, Ceocóces (nome verdadeiro de Ciocó ou Xocó) e Prakiós. A tradição oral afirma que a propriedade original da terra foi um presente do imperador Pedro II. Segundo o pajé Júlio, após a restauração das terras cedidas pelo então governador de Pernambuco, Kariri-Xocó permaneceu sem fronteiras até 1978, quando atacou a Fazenda de Sementes. Nessa época moravam na cidade de Porto Real do Colégio, bairro conhecido como "Rua dos Caboclos". Mas, é preciso lembrar, como assinala Mata, que:

> [...] a palavra caboclo, desde a antiguidade até os estudos antropológicos que mostram a discriminação das sociedades coloniais, hoje tem uma forma evolutiva ou semelhante. Se considerarmos o índio como uma primeira etapa do processo evolutivo, então Caboclo, em seu estado selvagem, torna-se o meio termo entre o índio que não é mais índio, o índio que não é mais possível ser índio, e um índio que não é mais índio. Homem branco. o homem não pode mais ser índio. No futuro, será assim. É um produto da cultura ocidental e, como não é necessário sobreviver numa sociedade civilizada, a lei natural perde-se (Mata, 2014, p. 67).

Mas, a visita de D. Pedro II, como relatado pelo Pajé Júlio Suíra, permanece

controversa. Mata (2014) nos oferece uma versão escrita do próprio punho pelo Imperador, descrevendo essa passagem em um diário de viagem, em 1859:

> 16 de outubro de 1859. De Propriá fui ao Porto Real do Colégio, onde houve antiga igreja e convento dos jesuítas, que já não existem... Aparecem bastantes descendentes dos índios, de raça já bastante cruzada, trazendo alguns cocares de penas com seus arcos e flechas e jaqueta, atirando um deles por ordem minha duas flechas, da quais acertou uma, num mourão assaz largo e a pouca distância (Pedro II, 1859 apud Mata, 2014, p. 77-78).

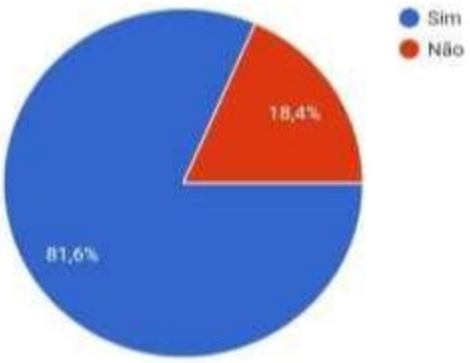
A pesca, por sua vez, além de uma fonte de alimento é também expressão do lazer, da cultura e da religião. Ela é uma das atividades humanas mais antigas e importantes dos povos nativos. Na comunidade em estudo não há iniciativas de comunidade solidária ou cooperativas, o que seria muito importante para a resistência e reprodução indígena. Buscamos, a partir da tabulação de dados e elaboração de gráficos, resumir um pouco da realidade da comunidade.

3.1 Resultados e Discussões

Muitos são os problemas enfrentados pela comunidade Kariri – Xocó. Buscamos, através deste trabalho, analisar alguns destes problemas e, na mediada do possível, propor alternativas. A forma como a educação indígena está organizada e gerida no território, por exemplo, pode significar um problema.

Quando perguntados, por exemplo, se o trabalho é feito em equipe, verifica-se que para 81,6% a resposta foi sim (Gráfico 01), no entanto o que se verifica na realidade é que os realizam individualmente e depois colocam em pauta para apresentação e execução nos espaços escolares.

Gráfico 01 – Trabalho da Gestão e Corpo Docente

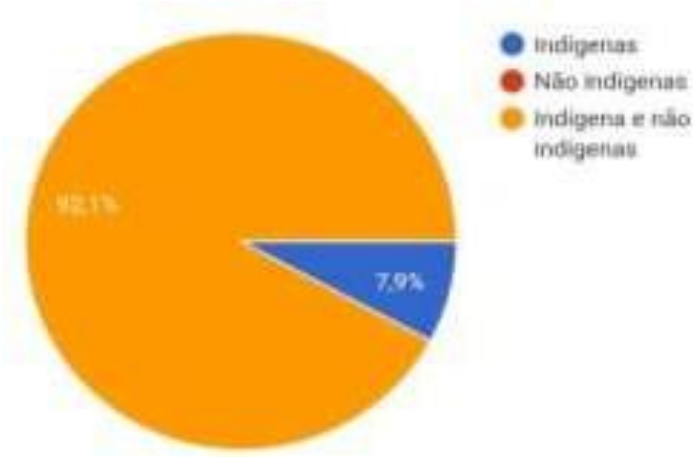


Fonte: Trabalho de Campo

Nesta comunidade, o povo não pensa na escola como o único lugar de aprendizagem, mas numa sociedade onde os valores e tradições são transmitidas e partilhadas por seus membros, de pai para filho. Daí a importância deste estudo. A fonte de renda do povo indígena Kariri – Xocó baseia-se na agricultura, no artesanato, na caça e na pesca. Vale dizer que a arte indígena brasileira, para o público a que se refere o gráfico não somente a do povo Kariri – Xocó, é expressada das mais variadas e diversas formas.

O artesanato, por exemplo, é a expressão cultural dos povos originários e reflete diversos significados. 92,1% do público atendido pela comunidade escolar indígena na aldeia Kariri – Xocó (Gráfico 02) são de pessoas indígenas e não indígenas. E apenas 7,9% são indígenas.

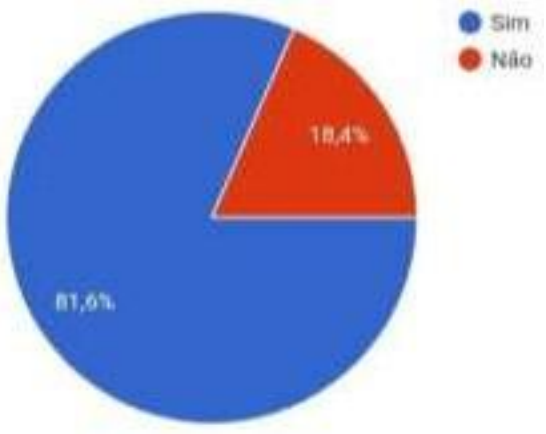
Gráfico 02 – Artesãos da comunidade indígena Kariri - Xocó



Fonte: Trabalho de Campo

A cultura deles é rica e diversificada, refletindo suas tradições e modos de vida. A língua Kariri-Xocó é uma parte fundamental da identidade cultural. A preservação e o ensino da língua são essenciais para manter suas tradições vivas. Segundo relatos da comunidade indígena (Gráfico 03), 81,6% afirmam que há uma disciplina específica que trabalha os valores e a cultura da comunidade indígena Kariri- Xocó.

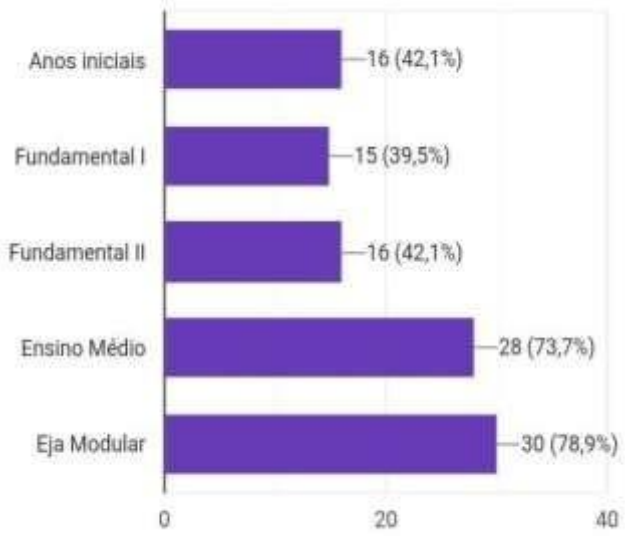
Gráfico 03 – Disciplina específica da cultura indígena dos Kariri - Xocó



Fonte: Trabalho de Campo

As escolas indígenas, como a da etnia Kariri Xoco, frequentemente adotam modalidades de ensino que respeitam e incorporam a cultura, língua e tradições dos povos indígenas. Como currículos contextualizados, métodos participativos, respeito às práticas tradicionais e educação bilingue. Na comunidade existe escolas (Gráfico 04), uma escola municipal e outra Estadual, nas modalidades Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos - na modalidade regular.

Gráfico 4 – Modalidades de ensino nas escolas da aldeia Karir - Xocó

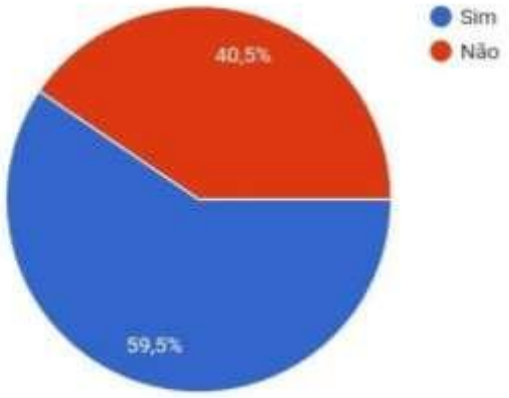


Fonte: Trabalho de Campo

A educação escolar indígena específica é um tema muito importante e complexo. Ela busca respeitar e valorizar as culturas, línguas e tradições dos povos indígenas,

proporcionando um ambiente de aprendizado que seja relevante para suas realidades. Entretanto, a disponibilidade dessa educação pode variar bastante de acordo com a região e as políticas públicas locais. Com essa disponibilidade ela consegue implementar modelos de educação assertivas e que atendem às suas necessidades, enquanto outras enfrentam desafios significativos, como falta de recursos, infraestrutura inadequada e resistência cultural, fazendo assim, a diferença na educação básica de seu povo. Os órgãos responsáveis pela instituição escolar disponibilizam uma educação especifica para a comunidade indígena (Gráfico 05), segundo 59,5% das informações obtidas.

Gráfico 05 – Disponibilidade de uma educação escolar indígena específica

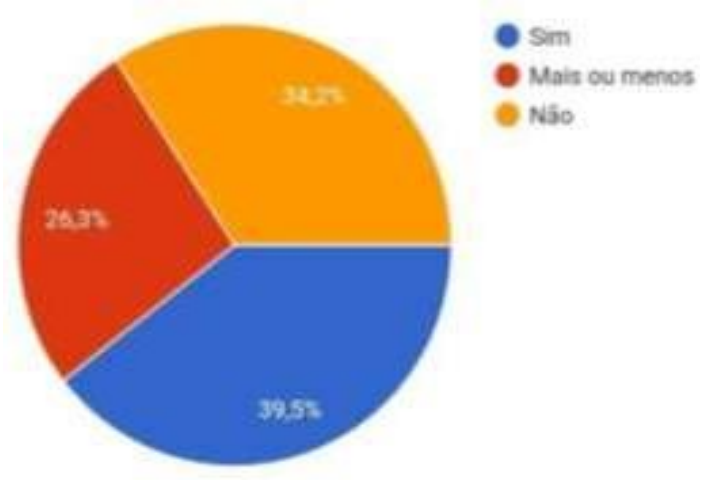


Fonte: Trabalho de Campo

A valorização das línguas indígenas e suas culturas é um tema de grande importância, pois reflete a diversidade cultural e linguística do nosso planeta. As línguas indígenas são muito mais do que simples meios de comunicação; elas carregam histórias, tradições, conhecimentos e modos de ver o mundo que são únicos para cada povo. Cultivando sua identidade cultural, um conhecimento tradicional, a diversidade lingüistica, e os direitos humanos.

A escola da aldeia Kariri - Xocó trabalha a valorização da língua indígena e sua cultura (Gráfico 06), segundo as informações colhidas na pesquisa em campo. A valorização das línguas indígenas e suas culturas é um passo essencial para um futuro mais inclusivo e respeitoso. Ao reconhecer e promover essas vozes, contribuímos para um mundo mais rico em diversidade e entendimento mútuo.

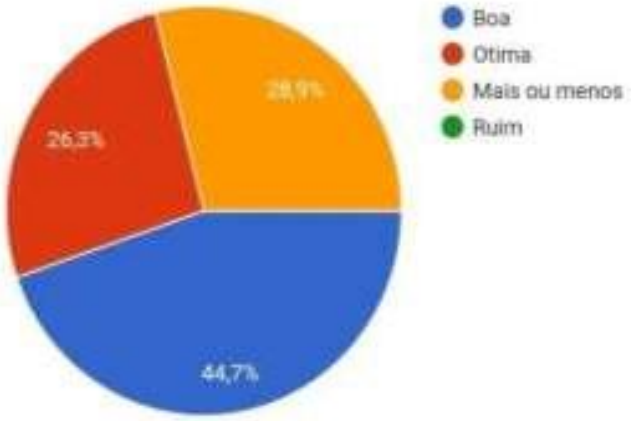
Gráfico 06 – Valorização da língua indígena e sua cultura



Fonte: Trabalho de Campo

A educação de qualidade nas escolas indígenas, como a da etnia Kariri - Xocó, é um tema fundamental que envolve a valorização da cultura, da língua e dos saberes tradicionais, como: Currículo integrado, formação de professores, métodos pedagógicos, respeito à língua nativa, participação da comunidade e recursos adequados. A avaliação feita por 44,7% (Gráfico 07) da comunidade indígena da Aldeia Kariri – Xocó, em relação a educação escolar nela inserida, é entendida e avaliada como uma educação de boa qualidade.

Gráfico 07 – Educação de qualidade

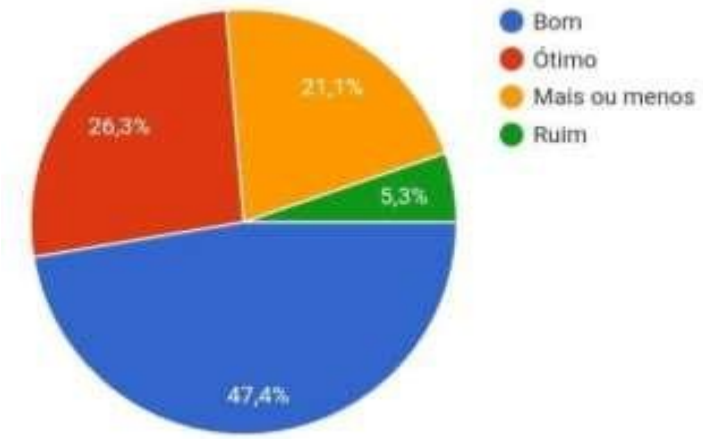


Fonte: Trabalho de Campo

A aldeia Kariri Xoco, localizada no Brasil, é uma comunidade indígena rica em cultura e tradições. Quando falamos sobre "profissionais de qualidade" nessa aldeia, podemos nos referir a várias áreas, como medicina tradicional, educação, artesanato e liderança comunitária. Os profissionais de educação, por exemplo, muitas vezes utilizam conhecimentos ancestrais sobre sua cultura para ministrar excelentes aulas em sua disciplina.

Havendo um importante um diálogo entre o ensino tradicional e as metodologias contemporâneas. De acordo com os profissionais da educação na comunidade escolar indígena, em especial os professores (Gráfico 08), são considerados e vistos como bons profissionais.

Gráfico 08 – Profissionais de qualidade



Fonte: Trabalho de Campo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, percebemos que a realidade da educação escolar indígena, apesar de alguns avanços, ainda enfrenta muitos desafios. O currículo escolar carece de uma visão intercultural integral da perspectiva indigenista, e as escolas não dispõem de um ambiente adequado para essa modalidade de ensino, entre outros problemas. Além disso, a prática educacional não reflete plenamente o que está estabelecido nas leis. As escolas básicas e muitas legislações vigentes reconhecem a importância da educação entre culturas e religiões, e promovem uma educação indígena que preserva seus valores, ao mesmo tempo que integra conhecimentos e métodos científicos externos.

No entanto, para que isso se concretize, é essencial que os cidadãos tenham acesso a essas leis. Essas leis proporcionam uma base para que os povos indígenas possam lutar e proteger seus interesses, permitindo-lhes viver unidos e respeitando os costumes uns dos outros. Neste contexto, pode-se afirmar que houve avanços na garantia de direitos, especialmente nos programas de educação escolar básica que visam fortalecer os valores, experiências e conhecimentos validados no campo da educação.

Destacamos, contudo, o papel dos professores, que apesar dos problemas e

limitações, têm proporcionando oportunidade para que os alunos possam criar, abstrair, expandir e aprender sobre as culturas indígenas por meio da escuta e da interação. Enfim, esperamos que nossas humildes análises, questionamentos e provocações possam contribuir, de alguma forma, para a melhoria no processo ensino – aprendizagem indígena, buscando pensar uma abordagem escolar que valorize as relações sociais, as culturas e tradições locais que respeitem e valorizem a diversidade. Isso significa desenvolver indivíduos que além da sociabilidade, sejam capazes de conviver harmoniosamente com os outros.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na história brasileira do século XIX: dos invisíveis aos aventureiros. **Revista História Hoje**, v. 1, não. 2, página 21-39, 2012.

BERGAMASCHI, María Aparecida. **Povos indígenas e saberes ancestrais**: a Lei nº 11.645/2008 como abordagem cultural. In: Barroso, Vera Lucía Maciel. exceto (grupo). Ensino da historia: un reto contemporáneo. Porto Alegre, EST/Exclamações/ANPUH/RS, 2010, p. 151-166.

BONIN, Yara Tatiana. **Povos Indígenas e Educação** / Maria Aparecida Bergamaschi, Maria Izabel Habckost Dalla Zen, Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (diretoras). Porto Alegre: Intermediário, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm, consultado em: 13 de junho de 2019.

DUARTE, Abelardo. **Tribos, aldeias e missões de índios nas Alagoas Revista do Instituto Histórico de Alagoas**, 1969. Maceió, 28.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. In: **Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis - tempo de novo descobrimento**. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 2001.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – 1922 – **Dicionário histórico e etnográfico do Brasil.** Rio de Janeiro , v. 1.

MATA, Vera Lúcia Calheiros. Kariri-Xocó. **Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil.** Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kariri-xoko/print, Acessado em: 10/05/2024.

_____**A semente da terra: identidade e conquista territorial por um grupo indígena integrado** – Maceió: EDUFAL, 2014. 389.:

NASCIMENTO, Marco Tromboni de Souza e RAMOS, Luciana Maria de . Diário Oficial do Estado de Alagoas: **Resumo do Relatório Circunstanciado de Reestudo e Delimitação**

da Terra Indígena Kariri-Xocó . Maceió 05 de fevereiro de 2002.

PAIVA, Jane;RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal.História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. SIELO, 1993, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003 . Acesso em: 28/11/2024.

PERRONE-MOISÉS, B. **Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da Legislação Indigenista do Período Colonial** (Séculos XVI-XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipalde Cultura: FAPESP, 1992.

PAWANÃ CRODI. Entrevista concedida a Ruy Rodrigues Câmara Neto, Porto Real do Colégio, 2016. PINTO, Estêvão. "Dados históricos e etnológicos sôbre os Pancararu de Tacaratu: **remanescentes indígenas dos sertões de Pernambuco**". In: Muxarabis & balcões e outros ensaios. São Paulo: Editora Nacional, pp. 33-58. 1995.

QUARESMA, F. J. P.; FERREIRA, M. N. O. **Os povos indígenas e a educação**. Revista Práticas de linguagem. V.3.n.2. Juldez. 2013

SILVA, Paulo Thadeu Gomes Da. **Os Direitos dos índios: fundamentalidade, paradoxos e colonialidades internas**. 1. Ed. São Paulo, SP. Editora Café com Lei, 2015.